



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS

A CORRUPÇÃO E SEU IMPACTO NO DESEMPENHO DAS FIRMAS DURANTE
A PANDEMIA DO COVID-19

MOSSORÓ

2024

CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS

A CORRUPÇÃO E SEU IMPACTO NO DESEMPENHO DAS FIRMAS
DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissional em Administração
Pública da Universidade Federal Rural
do Semi-Árido como requisito para
obtenção do título de Mestre em
Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo
Andrade Rocha

MOSSORÓ
2024

**A CORRUPÇÃO E SEU IMPACTO NO DESEMPENHO DAS FIRMAS
DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado Profissional em Administração
Pública da Universidade Federal Rural do
Semi-Árido como requisito para obtenção
do título de Mestre em Administração
Pública.

Linha de Pesquisa: Administração
Pública

Defendida em: 08 / 01 / 2024

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente
LEONARDO ANDRADE ROCHA
CPF: 054012574-1 (05/05/1980)
Validar em: <https://brasil.gov.br>

Prof. Dr. Leonardo Andrade Rocha (UFERSA)
Presidente



Documento assinado digitalmente
PATRICIA VERONICA PINHEIRO SALES LIMA
CPF: 260517224-15 (11/01/1972)
Validar em: <https://brasil.gov.br>

Profa. Dra. Patricia Veronica Pinheiro Sales Lima (UFC)
Membro Examinador



Documento assinado digitalmente
JORGE DA SILVA CORREIA NETO
CPF: 267010225-16 (22/07/1970)
Validar em: <https://brasil.gov.br>

Prof. Dr. Jorge da Silva Correia Neto (UFRPE)
Membro Examinador

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

C192c Camila de Souza Filgueira, Dantas.
A corrupção e seu impacto no desempenho das
firmas durante a pandemia do Covid-19 / Dantas
Camila de Souza Filgueira. - 2024.
57 f. : il.

Orientador: Leonardo Andrade Rocha.
Coorientador: Napiê Galvê Araújo Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Programa de Pós-graduação em
Mestrado Profissional em Administração Pública,
2024.

1. corrupção. 2. vendas. 3. economia. 4. Covid-
19. I. Rocha, Leonardo Andrade, orient. II.
Silva, Napiê Galvê Araújo, co-orient. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Mossoró / Setor de Informação e Referência
Bibliotecária: Keina Cristina Santos Sousa e Silva
CRB: 15/120

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS

Aos meus filhos, Heitor e Enrico.

AGRADECIMENTOS

À DEUS, porque DELE e por ELE, e para ELE, são todas as coisas.

Aos meus pais, Luís e Socorro, por todo amor e empenho que dispuseram sobre a minha educação.

Ao meu esposo, Sérvulo, pelo companheirismo, amor e disponibilidade em me ajudar sempre que precisei, principalmente na ajuda com nossos filhos, para que eu pudesse me dedicar às atividades do mestrado.

Aos meus filhos, Heitor e Enrico, por serem toda a minha motivação e inspiração. Tudo é por eles.

Aos meus colegas de turma, pela união e parceria.

Ao meu professor orientador, Leonardo, pela orientação e rica contribuição na pesquisa.

Ao professor Napiê, pelos ensinamentos ao decorrer do curso.

Aos professores membros da banca, Jorge e Patrícia, pelas preciosas sugestões e correções.

RESUMO

O presente estudo abordou a relação entre corrupção e desenvolvimento, explorando diversas perspectivas e análises de diferentes estudiosos, enfatizando o impacto da corrupção na economia e evidenciando as consequências negativas para o crescimento econômico e o investimento estrangeiro. Buscou oferecer uma visão abrangente da corrupção, destacando suas causas multifacetadas, impactos na economia e na sociedade, utilizando a pandemia de COVID-19 como um estudo de caso significativo. Firmamos como objetivo principal a análise dos efeitos diretos da pandemia na performance das empresas, internalizando características a nível-macro, com ênfase na corrupção, no desempenho dessas empresas em momentos de crise. Para isso, estabelecemos como objetivos específicos, a observação das características microeconômicas e como elas tiveram impactos significativos no crescimento, bem como qual a correlação das variáveis macroeconômicas com o crescimento das vendas durante a pandemia. A metodologia aplicada foi por meio de um modelo econométrico e os dados foram obtidos da base de dados COVID-19 Enterprise Survey Follow-Up do Grupo Banco Mundial. Foi realizada uma pesquisa descritiva, onde revelou-se uma ampla variação no crescimento das empresas durante a pandemia. A matriz de correlação destacou relações significativas entre o crescimento e várias variáveis. Os resultados do modelo econômico mostraram que o suporte do governo e características microeconômicas tiveram impactos significativos no crescimento, bem como na performance das firmas durante esse período

Palavras-chave: corrupção; vendas; economia; COVID-19

ABSTRACT

The present study addressed the relationship between corruption and development, exploring different perspectives and analyzes from different scholars, emphasizing the impact of corruption on the economy and highlighting the negative consequences for economic growth and foreign investment. It offered a comprehensive overview of corruption, highlighting its multifaceted causes, impacts on the economy and society using the COVID-19 pandemic as a significant case study. To this end, our main objective is to analyze the direct effects of the pandemic on companies' performance, internalizing macro-level characteristics, such as corruption, on the performance of these companies in times of crisis, as well as establishing an analysis of the effects of the pandemic on sales. of firms and the impacts of corruption on the performance of organizations throughout the COVID-19 pandemic, as specific objectives. The methodology applied was through an econometric model and the data was obtained from the World Bank Group's COVID-19 Enterprise Survey Follow-Up database. Descriptive research was carried out, which revealed a wide variation in company growth during the pandemic. The correlation matrix highlighted significant relationships between growth and several variables. The results of the economic model showed that government support and microeconomic characteristics had significant impacts on growth as well as firm performance during this period.

Keywords: corruption; sales; economy; COVID-19

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	-	Distribuição das firmas entrevistadas no mundo.....	28
----------	---	---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definição das variáveis do modelo.	30
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estatísticas descritivas das variáveis.....	32
Tabela 2- Matriz de correlação.....	34
Tabela 3 -Distribuição das firmas entrevistadas por país.....	35
Tabela 4 - Estimativas do modelo econométrico.....	36

LISTA DE SIGLAS

CONACI	Conselho Nacional de Controle Interno
COVID-19	Corona Vírus Disease do ano de 2019
ES	Enterprise Surveys
H1N1	Influeza Suína
H5N1	Influenza Aviária
IPC	Índice de Controle da Corrupção
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan- Americana de Saúde
SARS	Síndrome Respiratória Aguda Grave
WGI	The Wordwide Governance Indicators

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA.....	14
1.2 OBJETIVOS.....	15
1.2.1 Objetivo Geral.....	15
1.2.2 Objetivos Específicos.....	15
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....	16
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1. CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO.....	18
2.2 CORRUPÇÃO EM TEMPOS DE CRISE	24
2.3 CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO: PANDEMIA DO COVID	19
.....	29
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	33
3.1 ABORDAGEM E CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	33
3.2 AMOSTRA DOS DADOS.....	33
3.3 VARIÁVEIS DO MODELO	36
3.3.1 Modelo econométrico	37
3.3.2 Robustez do modelo	37
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	38
4.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO	
MODELO.....	38
4.2 RESULTADOS DO MODELO ECONOMETRICO.....	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	46
APÊNDICE	50

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do COVID-19, que teve início no final de 2019, repercutiu significativamente em todo o mundo, afetando não apenas a saúde pública, mas também desencadeando uma série de desafios socioeconômicos. O rápido avanço dos indicadores monitorados pela Organização Mundial de Saúde -OMS e pelo mundo impôs medidas drásticas para a economia, envolvendo condições de confinamento da população, recondução das pessoas para trabalhos remotos em casa, redução da jornada de trabalho comercial, fechamento de negócios não essenciais. etc.

Tais medidas causaram impactos profundos para a população, empresas, economia e para a integração global dos países. A urgência que, em decorrência do cenário, as ações pediam e necessitavam ser empregadas levou a flexibilização de regras e controles, o que, infelizmente, despertou o agravamento de uma situação muito delicada, a corrupção (BRITO,2021), criando cenários propensos à conduta ímproba, inclusive na formulação de contratos de parcerias público-privadas e na disputa a prioridade de descoberta/participação de mercado (GOEL et al.,2021).

A corrupção, que já era uma preocupação global antes da pandemia, tornou-se ainda mais proeminente, devido à urgência na implementação de medidas para combater a propagação do vírus e mitigar seus impactos. A alocação rápida e eficiente de recursos financeiros, aquisição de equipamentos médicos, distribuição de ajuda humanitária e implementação de programas de estímulo econômico tornaram-se áreas vulneráveis a práticas corruptas.

Segundo Nan (2022), a corrupção pode ser atribuída ao enfraquecimento que um sistema de governo sofre ao perder sua finalidade. Tal prática decorre de atos nos quais o poder do cargo público é usado para benefício pessoal em detrimento do bem comum (JAIN, 2001). Pode ser compreendida a partir de várias ópticas, nas quais existe um senso comum de que a corrupção seria reflexo das instituições legais, econômicas e culturais de uma sociedade (SVENSSON,2005).

Dessa forma, a corrupção se mostra um problema a nível global e, diante disso, formuladores de políticas públicas em todo o mundo dedicam esforços para combatê-la. À vista disso, o presente estudo visa analisar os efeitos da pandemia na performance das firmas e das características a nível-macro da corrupção na resposta imediata destes efeitos de crise. A fim de compreender o proposto, foi desenvolvido um modelo

econométrico. Nele foram utilizados dados obtidos do Enterprise Surveys (ES) e do The Worldwide Governance Indicators (WGI) Project.

Através da base do *COVID-19 Enterprise Survey Follow-Up*, a qual detém dados extraídos de 35.496 firmas entrevistadas no mundo, ao longo do período 2020-2021, analisou-se em panorama macro, os efeitos diretos da pandemia na performance das organizações, contemplando alguns indicadores de *performance* empresarial no mundo.

O *Worldwide Governance Indicators* (WGI), compreende indicadores de governança elaborados pelo Banco mundial, os quais representam um dos principais pilares da governança nas diferentes economias, na qual a governança é analisada a partir de 6 dimensões, conforme mais de 200 países e territórios ao longo do período 1996–2022: (1) Voice and Accountability; (2) Political Stability and Absence of Violence/Terrorism; (3) Government Effectiveness; (4) Regulatory Quality; (5) Rule of Law; (6) Control of Corruption.

Para uma melhor compreensão sobre o comportamento e os potenciais efeitos/custos da corrupção em cada país foi empregado o indicador “(6) Control of Corruption”. Este indicador captura as percepções de como o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo pequenas e grandes formas de corrupção, bem como a “captura” do Estado pelas elites políticas e/ou pelos interesses privados (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2013).

Outra base de dados empregada consistiu nos indicadores de Liberdade Econômica fornecidos pela *The Heritage Foundation*. Esta base de dados fornece informações importantes sobre a dinâmica da atividade econômica.

Dessa forma, foi possível a compreensão no modo como as firmas conduziram suas atividades em uma circunstância nova, a pandemia, considerando variáveis econômicas, com ênfase na corrupção.

1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

O presente trabalho busca uma compreensão aprofundada do impacto da pandemia nas empresas, considerando variáveis micro e macroeconômicas, tendo a corrupção como variável principal. Foi explorado o impacto tangível da pandemia na performance empresarial, analisando como as empresas foram afetadas em termos de crescimento, receitas e estabilidade financeira. Ademais, buscamos responder como as

características macroeconômicas dos países influenciaram a capacidade dessas empresas de mitigarem os efeitos negativos durante a crise. O ambiente regulatório, a estabilidade política, o acesso a recursos financeiros e a liberdade econômica emergiram como fatores cruciais. Foi possível observar que países com maiores índices de corrupção enfrentaram desafios adicionais na formulação e implementação eficaz de políticas de recuperação econômica.

A forma como corrupção impactou nas respostas governamentais, as políticas de apoio às empresas e a eficácia dessas medidas durante a pandemia também será analisado.

Dessa forma, ao tentar responder as questões, a pesquisa buscará não apenas desvendar as complexas interconexões entre corrupção, pandemia e performance empresarial, mas também fornecer insights cruciais para orientar políticas públicas e estratégias empresariais em um cenário pós-pandêmico.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os efeitos diretos da pandemia na performance das firmas, internalizando características a nível-macro, com ênfase na corrupção, no desempenho das empresas em momentos de crise.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Apontar as características microeconômicas e como elas tiveram impactos significativos no crescimento, bem como na performance das firmas durante a pandemia;
2. Analisar a correlação das variáveis macroeconômicas com o crescimento das vendas durante a pandemia;

1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Eventos de crise econômica expõem a eficácia das políticas públicas na contenção dos fenômenos de crise (SINGHT et al, 2021). O âmbito da saúde é particularmente mais vulnerável, em decorrência das necessidades imediatas em suprimentos, o que acaba acarretando à simplificação de regras. (NARULA, 2020). Um exemplo é a recente pandemia do COVID 19, que resultou em uma crise global, pois

além da repercussão de origem biomédica e epidemiológica, também repercutiu social e economicamente.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou Estado de Pandemia o surto do COVID-19 causado por um novo coronavírus. Nos primeiros meses de 2020, a emergência da pandemia da Covid-19 descontinuou as principais redes de comércio, deflagrando uma série de medidas de distanciamento social que derrubaram rapidamente os níveis de produção interna de diversos países (MATTEI; 2022).

O rápido avanço dos indicadores monitorados pelo OMS e pelo mundo impôs medidas drásticas para as economias envolvendo condições de confinamento da população; recondução das pessoas para trabalhos remotos em casa, sempre que possível; redução do horário de trabalho comercial; fechamento de negócios não essenciais; etc. Tais medidas, inesperadas embora necessárias para o controle da pandemia, tiveram impactos profundos para a população, para as empresas, para as economias e para a integração global dos países. Ademais, a situação só se agravou frente aos escândalos de corrupção, com recursos orçamentários destinados ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19 sob investigação de improbidade. Foram diversas investigações e processos relativos a esta prática, na maioria das vezes, ligada aos recursos que poderiam ser utilizados na implantação de políticas na área da educação, saúde e redução das desigualdades sociais no país.

Desta forma, o presente estudo se destaca ao analisar empiricamente os efeitos da pandemia na performance das firmas e das características a nível-macro dos países como uma resposta imediata na mitigação destes efeitos. Através da análise das variáveis macro e microeconômicas, o trabalho poderá oferecer uma visão holística, destacando a interconexão entre fatores específicos das empresas e elementos mais amplos do ambiente econômico. Ademais, através da observação das variáveis, como a corrupção, o presente trabalho será capaz de contribuir para a compreensão dos diferentes contextos nacionais e das políticas adotadas para enfrentar os desafios da pandemia. Isso pode incluir a avaliação da eficácia de medidas governamentais, a capacidade de recuperação econômica e a resiliência diante de fatores externos.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está organizado em quatro capítulos. No primeiro temos a introdução, onde discorre a contextualização do tema proposto, tal como a problemática, objetivos, justificativa e relevância da pesquisa. No segundo capítulo, o referencial teórico, no qual apresentamos a fundamentação teórica que dará embasamento ao nosso trabalho. Dentro do referencial teórico exploramos perspectivas e análises de diferentes estudiosos, enfatizando o impacto da corrupção na economia e evidenciando as consequências negativas para o crescimento econômico e o investimento estrangeiro, bem como a complexidade multidimensional da corrupção, abordando seus aspectos culturais, políticos, econômicos e sociais, bem como os desafios associados ao seu controle e combate em diferentes contextos nacionais. Destacamos o papel das instituições na mitigação da corrupção, ressaltando a importância de medidas de controle e transparência, bem como analisamos a resposta de diferentes países à pandemia, destacando as ações governamentais e os estímulos econômicos adotados para enfrentar a crise.

No terceiro capítulo compreendemos a metodologia, na qual é demonstrado o modelo utilizado e apresentando a fonte de dados, bem como os resultados alcançados.

No quarto capítulo, apresentamos as conclusões finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A corrupção é uma questão global que tem sido objeto de preocupação tanto por pesquisadores, quanto por formuladores de políticas públicas. Compreender os efeitos da corrupção é essencial para uma análise abrangente dos fatores que moldam o desenvolvimento econômico de um país.

Segundo Nan (2021), a corrupção pode ser atribuída ao enfraquecimento no qual um sistema de governo sofre ao perder sua finalidade. Tal prática decorre de atos nos quais o poder do cargo público é usado para benefício pessoal em detrimento do bem comum (JAIN, 2001), podendo ser compreendida a partir de várias ópticas, nas quais

existe um senso comum de que a corrupção seria reflexo das instituições legais, econômicas e culturais de uma sociedade (SVENSSON;2005).

À vista disso, Gaygisiz (2022) presume aspectos culturais e o agrupamento de fatores políticos, sociais e culturais de uma nação como fatores potencializadores no nível de corrupção. Para Pereira (2021), a corrupção é um fenômeno heterogêneo, podendo englobar diversas formas, causas e vertentes, ligadas à economia, questões sociais, culturais e políticas como fatores causais.

Qia e Yanting (2023) acreditam ser a economia, a cultura, as instituições e os níveis de educação que determinam as causas profundas da corrupção, bem como o PIB *per capita*, tendo os países mais ricos os níveis mais baixos de corrupção, enquanto nos mais pobres, a corrupção se apresenta desenfreada. Para os autores, quando as necessidades das pessoas não são supridas, a vontade de ser corrupto aumenta naturalmente. Além do mais, as restrições das instituições externas, como o grau de democracia, a liberdade de imprensa, o processo de mercantilização, a prevalência do ensino superior e o nível salarial do funcionalismo público, também apresentam impacto no governo e na corrupção.

Fornazieri (2006) também procura explicar o fenômeno ao citar Maquiavel e uma das principais fontes da corrupção identificadas pelo filósofo - a desigualdade, ratificando que, “a corrupção e a inaptidão para a vida em liberdade provêm da desigualdade que se introduziu no Estado”. Para o autor, a corrupção manifesta o oposto do Estado bem ordenado e administrado. A rigor, a corrupção existe em todos os Estados, já que ela é inerente à própria natureza humana. Mas os Estados caracterizados por desigualdade intensa são menos aptos à liberdade e mais propensos à corrupção. (FORNAZIERI, 2006).

Pinho e Sacramento (2018) entendem a corrupção brasileira através de uma perspectiva histórica atrelada ao patrimonialismo. Para Weber (2019) a prática de atos de desvio de poder em busca de ganhos pessoais, violando os princípios de transparência, imparcialidade e integridade assolam a Administração Pública desde o período colonial.

De acordo com Souza (2019), o patrimonialismo foi o primeiro modelo de gestão aplicado à Administração Pública no Brasil no período colonial, vigorando até 1930. Campelo (2010) considera o patrimonialismo como uma forma de governo típica dos Estados Absolutistas, caracterizado por não ter distinção entre os limites dos direitos público e privado.

Práticas corruptas têm correlação com o modelo patrimonialista trazido por Portugal ao Brasil e perdura na gestão pública brasileira. Ainda que o patrimonialismo não seja causa única da corrupção no Brasil, é certo que em ambientes onde se encontram comportamentos patrimonialistas em potencial, a corrupção se solidifica (BRAGA; OLIVEIRA, 2020), sendo bastante associado a problemas que envolvem corrupção e ausência de participação política das classes populares (SARAIVA, 2020).

O patrimonialismo no Brasil apresenta-se como fenômeno dotado de historicidade e se mostra um forte propulsor da corrupção sistêmica (CAMPOS, 2018). Para Cervantes (2018) esse passado cultural da política brasileira, inspirado por fatores históricos, precisa ser levado em consideração, caso exista a pretensão de aplicabilidade do modelo real de organização administrativa idealizado no texto constitucional.

No entanto, para Brandão (2023) atribuir a corrupção a fatores culturais é uma explicação simplista do tema. Ele exemplifica o fato de empresas de países ricos, ao operarem em países pobres, também usarem de práticas corruptas para se beneficiar.

Compreender a corrupção requer uma análise de múltiplos fatores que corroboram para a existência dessa prática dentro das estruturas governamentais. Ademais, para Rogério Gesta Leal (2013), não se deve atenuar o aspecto imoral da corrupção, de modo a enxergá-la como uma simples transgressão da legalidade, pois ela não deve ser vista apenas como um delito qualquer. Não se deve esquecer da alusão que dela decorre em relação aos custos que causa à democracia. Ou seja, a corrupção prejudica princípios e normas basilares das relações existentes na sociedade e a crença da população nas instituições representativas.

Países em que a corrupção é mais institucionalizada se mostram mais vulneráveis às crises, devido à ineficiência de mecanismos de combate e controle da corrupção, abuso do poder político, desvio de dinheiro, baixa qualidade regulatória, entre outros (RODRIGUES; CLEMENTE, 2018), sendo uma das principais razões para a existência da corrupção, a falta de mecanismos eficientes de prestação de contas e fiscalização. A ausência de sistemas de controle interno efetivos e de uma cultura de transparência facilita a prática de atos corruptos.

No tocante à Administração Pública, a Constituição Federal concedeu aos tribunais de contas competências amplas. Em princípio, qualquer ato administrativo está sujeito ao seu controle, que pode avaliar qualquer um de seus elementos de formação, com poder para determinar a correção de atos irregulares. O tribunal de contas tem, portanto, o poder de iniciar um procedimento de fiscalização, determinar o que entende

como correto, com meios de fazer valer essa determinação ou de punir quem não a acatar (OLIVEIRA; 2018).

O controle externo é exercido pelos tribunais de contas, órgãos técnicos, responsáveis por julgar contas a legalidade de atos administrativos. Esses tribunais realizam inspeção e auditoria de natureza contábil e financeira de um determinado órgão ou unidade administrativa (DELFORGE; 2012).

O Brasil avançou significativamente no tocante a leis, regulamentações e práticas de Transparência nos últimos anos. O desafio, entretanto, encontra-se, principalmente, no desenvolvimento de ações a fim de conscientizar agentes públicos na adoção e implementação de políticas de governo aberto, tornando a transparência, a participação da população e a prestação de contas um padrão na gestão, a fim de estabelecer mecanismos de diálogo permanentes entre governo e sociedade (CRUZ; 2022).

Ainda segundo o autor, quanto maior a participação e engajamento da sociedade, mais eficientes se mostram os governantes. Nessa conjuntura, a participação social se configura como instrumento de ação de preceitos essenciais de convivência, pois é um direito legal que a população pode se valer para exigir o atendimento das suas necessidades e a igualdade no exercício de direitos. Para Cruz (2022), o controle social exercido através da participação ativa da população é um importante mecanismo de prevenção à corrupção e fortalecimento da cidadania, pois contribui para aproximar a sociedade do Estado.

Uma sociedade participativa e consciente entende a importância de sua participação e organização na efetividade do direito e das suas normas, pressionando o Estado e os agentes públicos (DELFORGE; 2012).

Para Song et al., (2021), a corrupção pode afetar tanto o desenvolvimento quanto o crescimento econômico. No entanto, ele acredita que nos países desenvolvidos a redução da corrupção é adversa ao desenvolvimento financeiro. Para ele, o suborno não levaria à ineficiência, pois a corrupção pode encurtar o fluxo de decisão e minimizar os custos de transação.

Embora exista tal controvérsia, sobre a corrupção funcionar como um “lubrificante” em economias fortalecidas, o consenso atual é de que a corrupção traz, em geral, efeitos negativos à economia, como queda da taxa de investimento e consequente queda do crescimento, piora na distribuição de renda, distorção da incidência tributária e geração de perda de foco das políticas públicas (HERNANDES; 2011).

Junior (2020), corroborando com o explanado acima, afirma que as práticas de atos corruptos resultam na má distribuição da economia, prejudicando a realização de políticas públicas, como nas áreas da saúde e educação, que são determinantes na construção de uma sociedade justa e igualitária. Também é possível visualizar consequências imediatas em diversos segmentos, como nos setores produtivos que fomentam atitudes irregulares e geram o crescimento de uma economia informal. (LEAL, 2013).

Dzhumashev (2014) aponta a corrupção e seus efeitos negativos na economia, bem como as alterações de poder das regulamentações e a efetividade dos insumos de produção. Logo, o seu efeito sobre o crescimento resultará do impacto associado à produtividade como resultado das mudanças no ônus da regulamentação e dos insumos de aumento de produtividade fornecidos pelo governo.

Para Wang et al. (2023), a corrupção é capaz de diminuir o investimento estrangeiro, aumentando os custos e enfraquecendo a confiança da sociedade nas instituições governamentais.

A fim de mensurar melhor a percepção da corrupção no mundo, o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), que tem como parceiro institucional a Transparência Internacional-Brasil, divulga todos os anos, o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) 2022. O IPC é o principal indicador de corrupção mundial, o qual é produzido pela Transparência Internacional desde 1995, avaliando 180 países e territórios e atribuindo notas em uma escala entre 0 e 100. Quanto maior a nota, maior é a percepção de integridade do país.

Segundo o CONACI (2022), o Brasil terminou o ano de 2022 estagnado com resultado ruim no principal índice de corrupção do mundo, o IPC, que foi emitido pela Transparência Internacional e mostrou que o Brasil teve uma década perdida no combate à corrupção, caindo cinco pontos e 25 posições no ranking desde 2012

O Brasil apresentou desempenho ruim no IPC 2022. Em uma escala de 0 a 100, o país alcançou apenas 38 pontos, mesma nota obtida nas duas edições anteriores do índice. Mesmo apresentando nota inalterada, o país passou da 96 para a 94 colocação, entre os 180 países e territórios avaliados – isto ocorre pela piora da nota de outros países. O Brasil ficou empatado com Argentina, Etiópia, Marrocos e Tanzânia.

A série histórica do IPC mostra que o Brasil teve uma década perdida no combate à corrupção. No período que vai de 2012, quando uma mudança na

metodologia do índice passou a permitir comparação em série histórica, a 2022, o país perdeu 5 pontos e caiu 25 posições no ranking, caindo da 69^a para a 94^a colocação.

O resultado, ainda segundo o CONACI, reflete o desmanche acelerado dos marcos legais e institucionais anticorrupção que o país havia levado décadas para construir. Junto com o retrocesso na capacidade de enfrentamento da corrupção, o Brasil sofreu degradação sem precedentes de seu regime democrático.

O resultado do IPC 2022 coloca o país, mais uma vez, abaixo da média global (de 43 pontos), da média dos BRICS (39 pontos), da média regional para a América Latina e o Caribe (43 pontos) e, ainda mais distante, da média dos países do G20 (53 pontos) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE (66 pontos), bloco cuja adesão era um projeto do governo Bolsonaro.

As melhores notas foram atribuídas à Dinamarca (90 pontos), Finlândia e Nova Zelândia (os dois países com 87 pontos) e Noruega (84 pontos), e Singapura e Suécia (ambos com 83 pontos). No extremo oposto, os países com as piores avaliações pelo IPC de 2022 foram Somália (12), Síria e Sudão do Sul (ambos com 13) e Venezuela (14), todos estes envolvidos em conflitos prolongados.

Em nível internacional, convenções importantes têm sido estabelecidas para combater a corrupção, como a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, além de instrumentos regionais e setoriais, como a Convenção da OECD para o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Escritório das Nações Unidas; 2013).

Essas convenções são a base para efetivação de medidas anticorrupção em todo o mundo e discorrem sobre temas como o suborno nacional e transnacional, enriquecimento ilícito, recuperação de ativos, cooperação jurídica internacional, responsabilização de pessoas jurídicas por atos de corrupção, entre outros (JUNIOR et al., 2018).

Em síntese, a luta contra a corrupção não é apenas uma batalha moral, mas uma necessidade imperativa para assegurar o desenvolvimento e a estabilidade econômica. O suporte governamental desempenha um papel crucial nesse combate, moldando políticas que fortaleçam instituições, promovam a transparência e estabeleçam as bases para um futuro mais justo e próspero (SICSÚ; 2009).

A pandemia de COVID-19 impôs desafios extraordinários à economia global, exigindo respostas igualmente difíceis por parte dos governos. Nesse contexto, a

interação dinâmica entre diferentes medidas de suporte governamental torna-se fundamental para mitigar os impactos econômicos negativos.

O suporte do governo, manifestado por meio de políticas fiscais e monetárias, desempenharam um papel central na estabilização econômica. Injeções de capital, estímulos fiscais e programas de auxílio direto foram fundamentais para manter empresas operacionais, preservar empregos e sustentar a demanda do consumidor. (SICSÚ; 2009)

Ainda conforme o autor, o acesso a crédito, por sua vez, mostra-se como peça-chave na recuperação econômica, pois empresas capazes de obter financiamento adequado têm maior flexibilidade para manter operações, inovar e expandir. A correlação positiva entre o suporte governamental, que visa garantir a estabilidade financeira, e o acesso a crédito é evidenciada pela sinergia entre esses fatores na promoção do desenvolvimento empresarial.

Isenções fiscais representam outra ferramenta vital no arsenal governamental para estimular a atividade econômica. A redução da carga tributária alivia o peso financeiro sobre as empresas, proporcionando espaço para investimentos e adaptações necessárias em um cenário desafiador (ASSUNÇÃO; 2011)

Além do suporte financeiro e políticas governamentais, o cenário predispôs a transformação digital, pressionando empresas a adotarem práticas mais inovadoras e tecnologicamente avançadas. Essas iniciativas contribuíram para acelerar a transição para ambientes virtuais, fortalecendo a infraestrutura tecnológica e capacitando as empresas a enfrentarem os desafios da era digital. Conforme dados do The Work bank (2022) em economias com forte infraestrutura digital, o trabalho remoto foi facilitado, reduzindo perturbações econômicas e perdas de emprego.

Uma infraestrutura digital robusta é vital para a recuperação, pois pagamentos digitais, comércio eletrônico e comunicações reduzem a dependência de interações pessoais, possibilitando uma retomada econômica mais rápida.

2.2 CORRUPÇÃO EM TEMPOS DE CRISE

A corrupção não é uma questão nova ou exclusiva de países em desenvolvimento, mas é nessas nações que suas características e efeitos se fazem mais presentes, talvez pelo seu caráter mais sistêmico e pela descaracterização do problema perante a sociedade (JUNIOR et al., 2018).

Todavia, é um problema a nível global e, diante disso, formuladores de políticas públicas em todo o mundo dedicam esforços para combatê-la. No decorrer dos anos, organizações internacionais como a OCDE, o FMI e o Banco Mundial mobilizaram ações a fim de apontar os problemas oriundos da corrupção internacional e melhorar a governança (GOEL et al., 2021).

Antes de adentrarmos sobre os efeitos da corrupção durante as crises. Vamos entender melhor o que vem a ser um cenário de crise. Apesar de apresentar momentos de estabilidade, existindo crescimento em determinados períodos e em outros não, o que é uma conjuntura normal do sistema capitalista, a crise, bem como o seu impacto, pode transfigurar, conforme sua causa, os setores da economia que serão mais afetados e a intensidade delas. Em geral, grandes crises afetam de alguma forma todos os países do sistema capitalista, pois as economias são dependentes entre si (CARVALHO; 2018).

Ainda conforme a autora, durante uma crise econômica há diminuição da atividade econômica. A demanda por consumo cai, o que leva à diminuição da taxa de lucro das empresas. Lucrando menos, muitas empresas acabam diminuindo o quadro de funcionários, levando ao aumento de taxas de desemprego. Com mais desemprego, a renda diminui, o que leva a uma menor demanda. Como podemos ver, esse ciclo tende a se reproduzir e se intensificar. Para coibir esse ciclo, é necessário adotar políticas econômicas de estímulo à economia.

O enfrentamento de crises, requer um suporte governamental que combine políticas públicas imediatas com estratégias estruturais. É crucial equilibrar ações de impacto imediato com aquelas destinadas a modificar as condições subjacentes que geram efeitos sociais e econômicos prolongados. Algumas mudanças, embora não perceptíveis de imediato, são essenciais para evitar a reprodução de vulnerabilidades sociais e econômicas. A coordenação eficaz entre governo, sociedade civil e setor privado é fundamental para alcançar resultados positivos e satisfatórios para a população (SCHMIDT et al., 2020).

À vista disso, Durin (2021) aponta as crises humanitárias e econômicas como cenários perfeitos para o fomento da corrupção, se dando em decorrência do enorme estímulo financeiro e da necessidade de aquisições direcionadas para abrandar a crise.

O mundo sempre vivenciou crises em seu contexto histórico, principalmente de caráter econômico/financeiro, que se refletem em diversos setores da sociedade, dentre eles, o da saúde (MELO; 2020). Os conflitos sobre a saúde pública não são recentes e se

referem a um determinado tempo histórico de pandemias e descaso em investimentos na área e, no Brasil, essa realidade não foi diferente (Mendes, 2017).

Antes de aprofundarmos na atuação do governo na economia durante a pandemia do COVID-19, faz-se interessante uma síntese histórica da atuação do governo em alguns países durante pandemias anteriores a essa. Dentre os registros epidêmicos e pandêmicos mais recentes, podem ser citados a Síndrome Respiratória Aguda Grave – SARS - COV (2002 a 2003), a Influenza Aviária - H5N1 (2004 a 2006), a Influenza Suína - H1N1 (2009) e a COVID-19 (2019).

A Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), que foi a primeira doença infectocontagiosa mortal a se propagar no século XXI, com 8.422 casos e 916 mortes. Nesse período a economia foi bastante prejudicada e muitas empresas foram acometidas por perdas de receita. A fim de minimizar tais problemas, o governo adotou algumas medidas de restrição à aglomeração social, bem como forneceu assistência financeira (SIU; WONG, 2004).

A Influenza Aviária (H5-N1) se espalhou entre os humanos, ocasionando 243 mortes dentre os quase 400 casos no ano de 2008. O governo do Vietnã implementou medidas de assistência aos agricultores, a fim de auxiliar nos problemas de liquidez, como extensão do vencimento de empréstimos e aumento do valor do teto para empréstimos sem garantia (OTTE et al., 2008).

Em abril de 2009, surgiram na América do Norte os primeiros casos da Influenza Suína (H1N1), a famosa gripe suína, primeira pandemia do século XXI. Afetando mais de 200 países, a H1N1 causou quase 18 mil mortes. Governos de muitos países, incluindo o Brasil, viram-se obrigados a injetar dinheiro na economia (SILVA, 2012).

Por fim, no ano de 2019 o mundo encontrou-se arrebatado pelo COVID-19, atual pandemia enfrentada por mais de 200 países, conforme a Organização Mundial de Saúde -OMS. Nos primeiros meses de 2020, a emergência da pandemia da Covid-19 descontinuou as principais redes de comércio, deflagrando uma série de medidas de distanciamento social que derrubaram rapidamente os níveis de produção interna de diversos países (MATTEI; 2022).

No Brasil, logo foram sentidas as consequências do fechamento dos estabelecimentos, das restrições logísticas e do encarecimento dos insumos, paralelo à queda generalizada na demanda sobre as atividades econômicas. Tais impactos incidiram sobre uma economia já bastante deteriorada. Assim, a pandemia desencadeou

um cenário delicado no país, fazendo com que o PIB *per capita*, que acumulava retração de 0,8% entre 2011 e 2019, fechasse a década com queda de 5,5% (IBGE, 2021). A pandemia deflagrou uma crise mundial que deve reverberar pelos próximos anos

Além disso, a situação só se agravou frente aos escândalos de corrupção, com recursos orçamentários destinados ao enfrentamento da Pandemia da Covid-19 sob investigação de improbidade. Foram diversas investigações e processos relativos a esta prática, na maioria das vezes, ligada aos recursos que poderiam ser utilizados na implantação de políticas na área da educação, saúde e redução das desigualdades sociais no país.

Como visto, a pandemia do Covid 19 desencadeou uma crise sem precedente. Pandemias, epidemias, desastres podem se apresentar como grandes potencializadores de crises e instigar a corrupção essencialmente através de três canais principais. Primeiro: a grande concentração de ajuda humanitária na sequência de um desastre pode acarretar altos ganhos de recursos. Segundo, não existindo transparência e formas de controle após um desastre, o governo e autoridades locais podem apropriar-se indevidamente dos recursos. Por último, a corrupção em menor escala (como suborno e extorsão) pode aumentar quando as instituições entram em crise após um desastre (ZAFAR et al., 2023).

Celil et al., (2022) observam os desastres naturais e as consequências econômicas como uma matéria significativa, pois podem ter efeitos indiretos em uma vasta série de decisões governamentais. Johar (2022) aponta o interesse em compreender os impactos econômicos oriundos dos desastres naturais, a fim de identificar, dentre outras coisas, quais potenciais intervenções políticas para desastres futuros.

Como já visto anteriormente e ratificado por Cunha (2013), as crises podem ter uma origem diversa, sendo interna ou externa, ao passo que podem evoluir e, ao longo do seu desdobramento, sobrepor-se a outras crises, provocando sobrecargas nos sistemas políticos, econômicos, jurídicos e sociais.

Na concepção teórica, acredita-se que a corrupção aumenta em períodos de crises políticas e econômicas, pois em um cenário de crise política, pode não existir um líder no poder e as oportunidades de procura de rendimentos podem aumentar. Instituições de responsabilização de terceiros, como o Supremo Tribunal ou agências de auditoria nacionais, podem ter os seus poderes restringidos ou se tornarem ineficazes na diligência de serviços governamentais e políticos. Em períodos de crise econômica, os

padrões de vida tendem a diminuir, conduzindo a maior propensão de comportamentos corruptos (SAHA, SEN;2022).

Leal (2019) evidencia as dificuldades em determinados contextos políticos e sociais, os quais envolvem crises econômicas e ausência de recursos básicos de infraestrutura para gerenciamento, principalmente de demandas sociais, onde, paralelo a isso permeiam ações de corrupção em grande escala. Para o autor, a corrupção pode ser reduzida através de mecanismos preventivos de controles interno e externo da Administração Pública, principalmente em todas as fases da gestão, instrumentos de controle de Mercado, políticas públicas transparentes e com participação social nestas áreas.

Embora quadros de desastres e pandemias sejam capazes de propiciar um cenário perfeito para a corrupção, é possível que instituições consigam diminuir o impacto da crise em situações de calamidade pública. Formuladores de políticas públicas acreditam na importância de priorizar o fortalecimento de instituições legais, independentes, bem como uma administração pública imparcial e transparente. (SYA; SEN,2023).

Para Saha (2023) existem evidências concretas de que o efeito da crise política sobre a corrupção é menos eficaz em países com instituições fortes. No entanto, em caso de colapso, golpes, conflitos e guerras, a qualidade institucional não tem impacto tão relevante no controle da corrupção, uma vez que episódios como esses, enfraquecem as próprias instituições. Por outro lado, as instituições podem abrandar o efeito da crise econômica, como a desaceleração econômica e a crise bancária sobre a corrupção.

As instituições econômicas são importantes para o crescimento econômico porque norteiam os incentivos dos principais elementos econômicos na sociedade, em particular, atuam nas inversões de capital físico, humano, tecnologia e produção. Embora os fatores culturais e geográficos também sejam importantes no desempenho econômico, as características das instituições econômicas são a principal fonte de diferença no crescimento econômico dos governos. As instituições econômicas não só determinam o potencial de crescimento econômico agregado da economia, mas também uma série de resultados econômicos, incluindo a distribuição de recursos no futuro (ACEMOGLU et al., 2005).

Conforme Safón et al., (2023), cenários de crise variam em termos de duração, capacidade de causar danos e impactos econômicos (como no PIB), influenciando a capacidade de resistência e recuperação das empresas de maneiras diversas. Crises

imprevisíveis, especialmente as de escala global, como a COVID-19, apresentam desafios significativos. Devido à singularidade de determinada conjuntura, há pouco conhecimento sobre os fatores que afetam os resultados das empresas. Ter evidências nesse contexto é crucial, pois permite atribuir responsabilidades àqueles que, por meio de fatores internos e externos, influenciam a resiliência durante a crise e buscam otimizar o desempenho na gestão.

Em crises como a da COVID-19, em que fatores externos têm um papel crucial, a responsabilidade dos decisores políticos em ajudar as empresas a resistirem é tão significativa, se não maior, do que a dos seus gestores internos.

2.3 CORRUPÇÃO E DESENVOLVIMENTO: PANDEMIA DO COVID-19

Eventos de crise econômica expõem a eficácia das políticas públicas na contenção dos fenômenos de crise (SINGHT et al., 2021). O âmbito da saúde é particularmente mais vulnerável, em decorrência das necessidades imediatas em suprimentos, o que acaba acarretando à simplificação de regras (NARULA, 2020). Um exemplo é a recente pandemia do COVID 19, que resultou em uma crise global, pois além da repercussão de origem biomédica e epidemiológica, também repercutiu social e economicamente.

Segundo a Organização Pan- Americana de Saúde (OPAS), em 31 de dezembro de 2019, a (OMS) foi alertada sobre diversos casos de pneumonia que surgiram na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus, até então não identificada em humanos.

Em 7 de janeiro de 2020, o governo chinês confirmou um novo tipo de coronavírus. Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoV) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19.

A partir daí, a OMS, junto a autoridades e especialistas no mundo todo, tem buscado aprender mais sobre o vírus, a fim de orientar a população sobre como proceder. A OPAS prestou apoio técnico aos países das Américas, orientando a manter

o sistema de vigilância alerta, preparado para detectar, isolar e cuidar precocemente de pacientes infectados com o novo coronavírus.

Ainda, conforme dados extraídos da OPAS, em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o surto do novo coronavírus como um caso de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. A ESPII é considerada, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), “um acontecimento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido ao alto risco de disseminação global, e consequentemente, demanda uma resposta internacional coordenada e imediata”.

Foi a sexta vez na história que uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional foi declarada. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade.

A disseminação da pandemia levou os governos a adotarem medidas de contenção, também chamadas de políticas de intervenção não farmacêutica, na ausência de uma cura eficaz para a COVID-19, e de uma vacina que impedisse o contágio (ALFANO et al., 2023). A estratégia inicial adotada, por quase todos os governos, baseou-se na imposição de distanciamentos sociais e bloqueios.

Governantes se envolveram no financiamento de pesquisa, desenvolvimento e fabricação de vacinas. No Brasil, mesmo após o atraso na compra e distribuição de vacinas em 2020 e início de 2021, a partir de junho de 2021 já era possível observar o avanço na cobertura vacinal. Especialmente com a definição de grupos prioritários para o recebimento das primeiras doses (NUNES; 2022).

Nesse contexto, as ações estatais voltadas ao sistema de saúde tiveram extrema participação. Governos de todo o mundo assistiram a pacotes de medidas para tentar reverter as consequências econômicas e financeiras oriundas dessa crise (KAKHHARO; BIACHI, 2022).

Os Estados Unidos (EUA) efetivaram estímulos fiscais, como o de US\$2,2 trilhões, estímulo econômico de US\$1,8 trilhão, corte de taxas de juros e alívios de contrato de dívidas (HOANG et al., 2022).

Governos da União Europeia concederam diferimento de impostos, empréstimos e garantias às empresas, a fim de facilitar o atendimento das necessidades de liquidez a curto prazo (VITO; GÓMEZ, 2020). Na Suécia, por exemplo, o governo implementou

um programa que concedeu o adiamento temporário do pagamento de taxas e impostos (BROWN et al., 2021).

Já na Itália, Buchetti et al., (2022) destacam as medidas implementadas no país, durante a pandemia do COVID-19, a fim de garantir a continuidade das instituições, tais como licença e subsídios salariais, provisão de receitas e encargos de aluguel, suspensão de encargos de amortização e reavaliação do imobilizado (ativos fixos, tangíveis, intangíveis e financeiros).

Segundo Thomson et al., (2022), as respostas políticas ao COVID-19 inferem preceitos aprendidos com a crise de 2008. Governos agindo rapidamente a fim de mobilizar fundos e reduzir barreiras, com forte apoio de instituições financeiras internacionais: a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI – defenderam maiores gastos em saúde, melhores sistemas tributários e ações urgentes para enfrentar as desigualdades socioeconômicas.

Tivemos, de um lado, a grande necessidade de investimento, tanto na saúde básica como na ampliação de leitos em Unidades de Terapia Intensiva, e por outro lado, a flexibilização das regras de licitação que ampliaram a possibilidade de desvios de recursos governamentais. A urgência que, em decorrência do cenário, as ações pediam e necessitavam ser empregadas levou à flexibilização de regras e controles, o que, infelizmente, despertou o agravamento de uma situação muito delicada, a corrupção (BRITO; 2021).

Usando as vacinas a título de exemplo, questões de vida relacionadas ao vírus e à participação ativa do governo em múltiplas fases do desenvolvimento e disseminação das vacinas criaram potencialmente vias únicas para negociações corruptas. Isso criou cenários propensos à conduta ímproba, inclusive na formulação de contratos de parcerias público-privadas e na disputa pela prioridade de descoberta/participação de mercado (GOEL et al;2021).

Vale ressaltar que o Brasil atravessou uma crise sanitária sem precedentes, com consequências econômicas e sociais. Sob o impacto da pandemia do COVID 19, não só o Brasil, mas toda a economia mundial experimentou um choque negativo inesperado de demanda, queda acentuada nos preços dos produtos petrolíferos, aumentos no desemprego e bloqueio social que afetaram todas as esferas econômicas (HOANG; 2022).

Para Alfano et al., (2023) a crise do COVID-19 representou um estudo interessante do quanto a corrupção generalizada pode levar a um resultado prejudicial para a sociedade, superando o custo da própria corrupção.

O autor relaciona a corrupção diretamente com a governança, e a possível desconfiança gerada pela sociedade nas instituições, sendo capaz de reduzir o cumprimento das medidas governamentais. Norden et al., (2021) apresentaram evidências consistentes nos efeitos positivos das intervenções leves, como distanciamento social e restrições de aglomeração em massa, podendo desempenhar um papel importante na eficácia das políticas governamentais implementadas para impedir a propagação do contágio do COVID-1.

À vista disso, podemos depreender o envolvimento e confiança dos cidadãos, como uma medida efetiva, pois através do envolvimento da população, o governo é capaz de desenvolver a compreensão dos cidadãos sobre suas ações na resposta a crises (CHEN et al., 2020). Ocorrências nos últimos anos mostraram lacunas de comunicação existentes entre o governo e os cidadãos. Em resposta, as mídias sociais se mostraram uma ferramenta importante na redução dessas lacunas (WUKICH, 2014).

Segundo May (2018) estudos empíricos demonstraram a eficácia das mídias sociais na comunicação e atualização de informações relacionadas a surtos de saúde pelas autoridades, a fim de melhorar a conscientização da população. Zhu (2020) afirma que a sensação de segurança da população no governo durante a crise, exerce papel importante na resiliência mantida.

Conforme Lenton (2021), a resiliência à pandemia do COVID-19, por exemplo, adveio da ação dos governos e, também, das ações dos cidadãos. Isso mostrou que a rigidez das medidas governamentais é importante para a resiliência, porém a resiliência também depende da confiança.

Na Noruega, assim como em outros países nórdicos, a população apresenta grande confiança no Estado que trabalha de maneira consensual na formulação de políticas (URSIN, 2020). No caso da pandemia do COVID 19, os governos nórdicos invocaram diretamente a população para uma atuação coletiva a fim de combater a pandemia (SAUNES et al., 2022).

A relação entre a Covid no Brasil, a crise econômica e o desemprego é bastante complexa, uma vez que pessoas de baixa renda têm maior propensão a ignorar o distanciamento social na busca pela subsistência familiar (TAZERJI et al., 2022). Segundo dados oficiais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2020), a

taxa de desemprego no Brasil de setembro a dezembro de 2019 foi de 11,2 e 11%, respectivamente. Em maio de 2020, com a pandemia em curso, a taxa de desemprego era de 13,8%. A pesquisa realizada pelo IBGE, sobre efeitos da pandemia no trabalho apontou uma taxa de desemprego entre 20/09 e 26/09 /2020 de 14,4%.

Embora o Governo Federal tenha efetivado um programa de proteção social à população mais vulnerável, denominado Auxílio Emergencial, o valor não foi capaz de garantir o sustento dos beneficiários, levando muitos deles às ruas para trabalhar e assim, complementar a renda familiar (TAZERJI et al., 2022).

Ademais, os recursos financeiros e pacotes de estímulo econômico criaram uma conjuntura propensa ao crescimento da corrupção. Narula (2020) denota, dentre outras situações, as supostas fraudes praticadas por parte da população a fim de atender requisitos e assim receber auxílios estatais.

Gentil (2022) cita o trabalho realizado pela CGU em 2021, por meio da utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), na qual identificaram fraudes e irregularidades na concessão do Auxílio Emergencial, em decorrência da existência de dados que indicavam incompatibilidade da situação socioeconômica dos beneficiários do auxílio com o público-alvo definido pela lei. Notou-se que cerca de 680 mil servidores das três esferas de Poder receberam indevidamente cerca de R\$ 1 bilhão de reais.

A apuração foi encaminhada ao Ministério da Cidadania, para subsidiar atuação tempestiva na análise e cancelamento de pagamentos indevidos, bem como aos órgãos de persecução penal, para providências em relação a fraudes e crimes eventualmente cometidos. Foram identificados mais de 215 mil pagamentos com indícios de irregularidades. Desse total, o Ministério da Cidadania cancelou ou não iniciou o pagamento em 2021 de 83.982 benefícios, com uma economia de cerca de R\$ 92.439.900,00 referente a pagamentos irregulares evitados (Relatório de Gestão CGU – 2021) (GENTIL; 2022).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 ABORDAGEM E CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa consiste na constatação de possíveis relações entre variáveis, o que lhe torna aderente ao campo das pesquisas descritivas. Isto decorre do fato de se analisar potenciais características de uma determinada população, amostra ou mesmo fenômenos, estabelecendo relações entre variáveis ou ‘causa e efeito’ (GIL, 2002; 2010).

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias (GIL, 2002, p. 42).

Além disto, pode-se destacar o caráter exploratório, uma vez que o levantamento bibliográfico e as análises de exemplos buscando uma maior compreensão também é parte estruturando da pesquisa. Conforme Gil (2002, p. 42):

Embora o planejamento da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso (...)

A seguir será abordada a coleta e a forma de dados da pesquisa.

3.2 AMOSTRA DOS DADOS

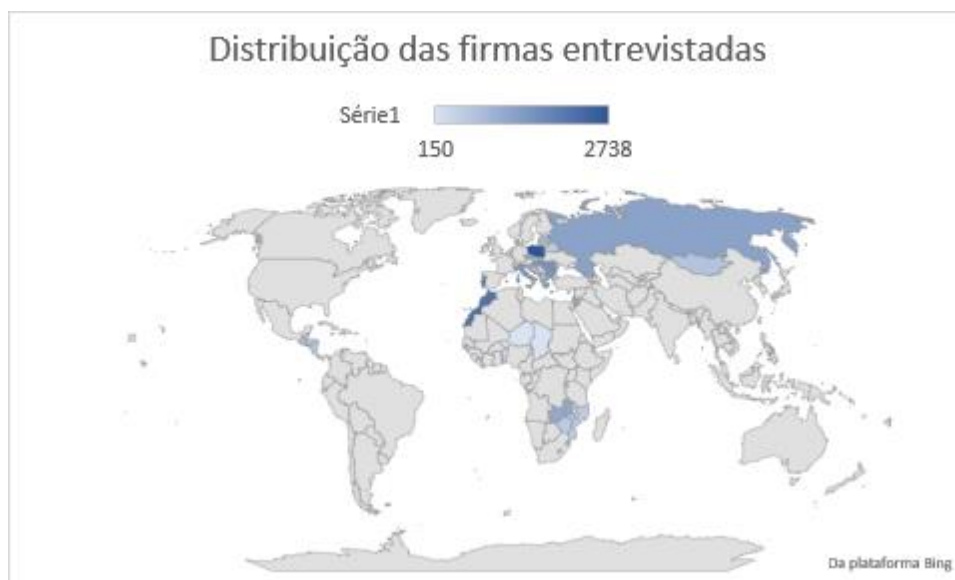
Em 11 de março de 2020, a OMS declarou Estado de Pandemia o surto do COVID-19 causado por um novo coronavírus. Desde o avanço sistemático dos indicadores de contágio e agravamento dos casos, o mundo não tem sido o mesmo. O "espelhamento" do vírus tem sido observado em mais de 100 países no mundo. Num esforço deliberado e "custoso" a todos os países, muitas economias ao redor do mundo buscaram medidas drásticas para conter os níveis alarmantes de propagação e aliviar a pressão sobre os sistemas de saúde. Muitas destas medidas envolviam condições de confinamentos da população; recondução das pessoas para trabalhos remotos em casa, sempre que possível; redução do horário de trabalho comercial; fechamento de negócios não essenciais; etc. Tais medidas, embora sejam importantes para retardar a propagação do vírus, foram consideradas inimagináveis e drásticas a todas as economias no mundo,

levando a um enorme impacto econômico nos mais variados setores público e privado. Tais custos promoveram uma mudança significativa na dinâmica econômica (WHO, 2020; WORLD BANK, 2020).

Neste cenário, o Grupo Banco Mundial (*World Bank Group* (WBG)) conduziu um grupo de estudos para analisar a situação do setor privado e do ambiente de negócios dos seus países em todo o mundo. O resultado deste estudo global consistiu na elaboração de uma grande base de dados contemplando vários indicadores de *performance* empresarial no mundo. Esta base de dados é denominada de *COVID-19 Enterprise Survey Follow-Up*, contemplando inúmeras empresas que foram entrevistadas em pontos distintos do tempo, ao longo da Pandemia do COVID-19. Esta base de dados baseou-se em entrevistas diretas com as empresas contemplando pontos críticos do desempenho como crescimento das vendas das empresas, percepção do ambiente empresarial, da infraestrutura física à regulamentação; dentre outros fatores relevantes (WORLD BANK, 2020).

A presente pesquisa adotou como fonte dos dados, o banco de dados do *COVID-19 Enterprise Survey Follow-Up* contemplando um total de 35.496 firmas entrevistadas no mundo, ao longo do período 2020-2021. A figura 1 apresenta a distribuição conforme o mapa geográfico.

Figura 1 – Distribuição das firmas entrevistadas no mundo.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do estudo.

Outra importante base de dados empregada no estudo consistiu nos indicadores de governança elaborados pelo banco mundial, chamados de *Worldwide Governance Indicators* (WGI). Esta base de dados representa uma síntese de indicadores que contemplam de forma resumida os principais pilares da governança nas diferentes economias. A governança é analisada a partir de 6 dimensões conforme mais de 200 países e territórios ao longo do período 1996–2022: (1) Voice and Accountability; (2) Political Stability and Absence of Violence/Terrorism; (3) Government Effectiveness; (4) Regulatory Quality; (5) Rule of Law; (6) Control of Corruption.

Para uma melhor compreensão sobre o comportamento e os potenciais efeitos/custos da corrupção em cada país foi empregado o indicador “(6) Control of Corruption”. Este indicador captura as percepções de como o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo pequenas e grandes formas de corrupção, bem como a “captura” do Estado pelas elites políticas e/ou pelos interesses privados (KAUFMANN; KRAAY; MASTRUZZI, 2013).

Outra base de dados empregada consistiu nos indicadores de Liberdade Econômica fornecidos pela *The Heritage Foundation*. Esta base de dados fornece informações importantes sobre a dinâmica da atividade econômica a partir de critérios fundamentais de liberdade, tais como:

1. Estado de Direito (direitos de propriedade, integridade do governo, eficácia judicial);
2. Tamanho do governo (gastos do governo, carga tributária, saúde fiscal);
3. Eficiência Regulatória (liberdade empresarial, liberdade trabalhista, liberdade monetária);
4. Mercados abertos (liberdade comercial, liberdade de investimento, liberdade financeira).

O indicador empregado consistiu no índice de Liberdade Empresarial (*Business Freedom*). Este indicador mede a capacidade dos indivíduos estabelecerem e gerirem empresas sem interferências indevidas do Estado, por meio de regulamentações impróprias e redundantes, representando as barreiras à livre condução da atividade empresarial.

The business freedom component measures the extent to which a country's regulatory and infrastructure environments constrain the efficient operation of businesses. The quantitative score is derived from an array of factors that affect the ease of starting, operating, and closing a business.

The business freedom score for each country is a number between 0 and 100 with 100 indicating the freest business environment. It is based on four equally weighted sub-factors: (1) Access to electricity, (2) Business environment risk, (3) Regulatory quality, and (4) Women's economic inclusion (KIM; TYRRELL ; ROBERTS, 2023, p. 407).

A seguir serão apresentadas as variáveis do modelo econométrico a ser tratada detalhadamente a seguir.

3.3 VARIÁVEIS DO MODELO

O quadro 1 sintetiza as variáveis empregadas no modelo conforme a sua definição e valores observados.

Quadro 1 – Definição das variáveis do modelo.

Variáveis	Nome curto	Item do questionário	Definição
<i>- Variáveis a nível-micro</i>			
Growth Sales	Crescimento das vendas	B.2	Comparando as vendas deste estabelecimento com o mesmo mês de 2019, as vendas aumentaram, permaneceram iguais ou diminuíram? (%)
dum_COVf1	Suporte do Governo	F.1	Desde o surto da COVID-19, este estabelecimento recebeu algum apoio do governo nacional ou local em resposta à crise? [1==sim; 0==caso contrário]
dum_COVf2c	Acesso a crédito	F.2c	Alguma destas medidas envolveu algum dos seguintes itens: Acesso a novo crédito [1==sim; 0==caso contrário, caso F.1==1] , de um total de 6 alternativas
dum_COVf2d	Isenções ou reduções fiscais	F.2d	Alguma destas medidas envolveu algum dos seguintes: Isenções ou reduções fiscais [1==sim; 0==caso contrário, caso F.1==1] , de um total de 6 alternativas
dum_COVf2e	Subsídios Salariais	F.2e	Alguma destas medidas envolveu algum dos seguintes: Subsídios Salariais [1==sim; 0==caso contrário, caso F.1==1] , de um total de 6 alternativas
dum_COVc4a	Atividade digital da firma	C.4a	Este estabelecimento sofreu alguma das seguintes alterações em resposta ao surto de COVID-19? Iniciou ou aumentou atividade comercial on-line [1==sim; 0==caso contrário] , de um total de 3 alternativas
dum_COVc4c	Trabalho remoto	C.4c	Did this establishment experience any of the following changes in response to the COVID-19 outbreak? Started or increased remote work arrangement for its workforce [1==sim; 0==caso contrário] , de um total de 3 alternativas

COVD1	Trabalhadores permanentes ou efetivos	D.1	Este estabelecimento sofreu alguma das seguintes alterações em resposta ao surto de COVID-19? Iniciou ou aumentou o trabalho remoto para sua força de trabalho [1==sim; 0==caso contrário] , de um total de 3 alternativas
- Variáveis a nível-macro			
wgi_cce_2019	Índice de Controle da Corrupção, ano 2019	-	Indicador de controle da corrupção, valores entre 0 e 1, quanto maior o valor, maior o controle contra a corrupção
bf_index_2019	Índice de Liberdade Empresarial, ano 2019	-	Indicador de liberdade empresarial, valores entre 0 e 1, quanto maior o valor, maior a percepção de liberdade no desenvolvimento dos negócios

Fonte: Elaboração própria.

3.3.1 Modelo econométrico

O modelo econométrico estimado consistiu na seguinte equação:

Eq.1

$$g_i = \beta_0 + \beta_1 Dum_F1 + \beta_2 Dum_F2c + \beta_3 Dum_F2d + \beta_4 Dum_F2e + \beta_5 Dum_C4a + \beta_6 Dum_C4c + \beta_7 \log(D1) + \beta_8 WGI_CCE + \beta_9 BF + \varepsilon_i$$

A variável dependente consistiu no crescimento das vendas das firmas e as demais como variáveis independentes. O termo “ ε_i ” representa a perturbação estocástica ou residual do modelo, com distribuição normal com média zero e variância constante, ao menos por suposição estatística inicial. Testes de robustez do modelo, como o teste de White (1980), para validação ou não de heterocedasticidade serão necessários para confirmação de pressuposto estatístico. A próxima seção serão destacados com maior propriedade tais questionamentos.

3.3.2 Robustez do modelo

A equação Eq.1 será estimada usando como técnica o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), que representa uma das técnicas mais conhecidas no campo da econometria (GUJARATI; PORTER, 2008).

O estimador de MQO é notoriamente conhecido por ser um estimador linear não-tendencioso e eficiente. No quesito de eficiência, tem-se um ponto crucial do pressuposto: a distribuição normal dos resíduos em torno de uma média zero e variância constante. Entretanto, em muitas aplicações nas ciências sociais aplicadas é natural o

relaxamento de tal pressuposto, uma vez que a distribuição estocástica (ou residual) pode apresentar um padrão variável, violando a regra $\varepsilon_i \sim N(0, \sigma^2)$.

Para testarmos tal possibilidade, será adotada a estatística padrão de Breusch e Pagan (1979) e Cook e Weisberg (1983) onde a hipótese nula sinaliza para uma variância homocedástica do modelo contra a hipótese nula de variância heterocedástica:

H_0 : variância residual homocedástica

H_1 : variância residual heterocedástica

Na presença de heterocedasticidade será adotado o corretor de White (1980).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DO MODELO

A tabela 1 apresenta as principais estatísticas descritivas das variáveis: média, desvio-padrão, valores mínimo e máximo.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas das variáveis.

Variável	Média	C.V	Min	Max
Cresc. Vendas	-0,412	71.36%	-1	0,99
Suporte do Governo	0,259	168.34%	0	1
Acesso a crédito	0,055	416.36%	0	1
Isenções ou reduções fiscais	0,093	311.83%	0	1
Subsídios Salariais	0,210	193.33%	0	1
Atividade digital da firma	1,664	5.27%	-99	2
Trabalho remoto	0,236	179.66%	0	1
Trabalhadores permanentes ou efetivos	3,184	44.90%	0	9,903
Índice de Controle da Corrupção	0,494	25.10%	0,216	0,808
Índice de Liberdade Empresarial	67,261	14.85%	28,1	85,800

Fonte: Elaboração própria.

Conforme os resultados da tabela, o crescimento médio das empresas foi negativo, sinalizando para uma queda de performance ao longo da pandemia em comparação com o ano anterior à pandemia. Embora a média tenha demonstrado um valor negativo, ela oscilou entre desde uma queda de 100% a um crescimento de quase 100%, contextualizando um intervalo bastante amplo de performance.

Conforme os resultados da tabela 2, as correlações estimadas foram significativas na maioria dos resultados. O crescimento das vendas demonstrou uma correlação significativa com quase todas as variáveis, com exceção ao acesso a crédito

como medida de mitigação da pandemia. O início ou aumento das atividades digitais das firmas demonstrou uma correlação negativa com o crescimento das vendas. As variáveis a nível-macro demonstraram uma correlação positiva e significativa com o crescimento das vendas. Isto indica que tanto o ambiente propício ao controle da corrupção quanto a um ambiente de liberdade aos negócios locais apresentou uma correlação positiva com o crescimento das firmas ao longo da pandemia.

Tabela 2 – Matriz de correlação.

VARIABLES	Cresc. Vendas	Suporte do Governo	Acesso a crédito	Isenções ou reduções fiscais	Subsídios Salariais	Atividade digital da firma	Trabalho remoto	Trabalhadores permanentes ou efetivos	Índice de Controle da Corrupção	Índice de Liberdade Empresarial
Cresc. Vendas	1									
Suporte do Governo	0.0753***	1								
Acesso a crédito	-0.0060	0.2580***	1							
Isenções ou reduções fiscais	0.0158**	0.4041***	0.3435***	1						
Subsídios Salariais	0.0354***	0.7548***	0.2496***	0.3721***	1					
Atividade digital da firma	-0.0281***	0.0047	-0.0145**	-0.0207***	0.0007	1				
Trabalho remoto	0.0627***	0.1730***	0.0716***	0.0856***	0.1453***	-0.0571***	1			
Trabalhadores permanentes ou efetivos	0.1832***	0.0661***	0.0257***	0.0378***	0.0666***	-0.0308***	0.2709***	1		
Índice de Controle da Corrupção	0.1712***	0.2577***	0.0556***	0.0736***	0.1956***	0.0341***	0.0328***	0.0050***	1	
Índice de Liberdade Empresarial	0.0588***	0.1380***	0.0396***	0.0940***	0.0937***	-0.0167***	0.0939***	0.0627***	0.6021***	1

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Tabela 3 – distribuição das firmas entrevistadas por país.

Country Name	Freq.Abs	Freq.Rel.
Albania	377	1%
Belarus	600	2%
Bosnia and Herzegovina	362	1%
Bulgaria	1544	4%
Chad	153	0%
Croatia	808	2%
Cyprus	480	1%
Czech Republic	1004	3%
El Salvador	1438	4%
Estonia	720	2%
Georgia	1162	3%
Greece	1200	3%
Guatemala	690	2%
Guinea	150	0%
Honduras	664	2%
Hungary	1610	5%
Italy	1520	4%
Jordan	1202	3%
Latvia	718	2%
Lebanon	532	1%
Lithuania	716	2%
Malta	484	1%
Moldova	720	2%
Mongolia	720	2%
Montenegro	150	0%
Morocco	2192	6%
Mozambique	601	2%
Nicaragua	666	2%
Niger	151	0%
North Macedonia	360	1%
Poland	2738	8%
Portugal	2124	6%
Romania	1628	5%
Russian Federation	1323	4%
Serbia	361	1%
Slovak Republic	858	2%
Slovenia	818	2%
Togo	150	0%
Zambia	1202	3%
Zimbabwe	600	2%
Total	35.496	100%

Fonte: Elaboração própria.

4.2 Resultados do modelo econométrico

A tabela 4 apresenta os resultados do modelo econométrico Eq.1:

Tabela 4 – Estimativas do modelo econométrico.

VARIÁVEIS	(1) Crescimento das vendas	(2) Crescimento das vendas	(3) Crescimento das vendas	(4) Crescimento das vendas
- Variáveis a nível-micro				
Suporte do Governo	0.0581*** (0.00632)	0.0162** (0.00647)	0.0177*** (0.00647)	0.0527*** (0.00635)
Acesso a crédito	-0.0231*** (0.00758)	-0.0263*** (0.00746)	-0.0256*** (0.00747)	-0.0227*** (0.00760)
Isenções ou reduções fiscais	-0.00696 (0.00633)	0.00357 (0.00627)	-0.000528 (0.00627)	-0.0103 (0.00636)
Subsídios Salariais	-0.0304*** (0.00642)	-0.0363*** (0.00636)	-0.0345*** (0.00636)	-0.0292*** (0.00645)
Atividade digital da firma	-0.00383** (0.00151)	-0.00502*** (0.00167)	-0.00474*** (0.00165)	-0.00370** (0.00152)
Trabalho remoto	0.00548 (0.00488)	0.00735 (0.00482)	0.00538 (0.00481)	0.00332 (0.00488)
Trabalhadores permanentes ou efetivos	0.0368*** (0.00175)	0.0388*** (0.00172)	0.0384*** (0.00172)	0.0366*** (0.00175)
- Variáveis a nível-macro				
Índice de Controle da Corrupção		0.536*** (0.0234)	0.462*** (0.0189)	
Índice de Liberdade Empresarial		-0.00149*** (0.000250)		0.00162*** (0.000201)
Constante	-0.526*** (0.00694)	-0.672*** (0.0150)	-0.736*** (0.00996)	-0.632*** (0.0152)
R ²	0.039	0.072	0.070	0.043
R ² Adj	0.0391	0.0713	0.0694	0.0423
Test for heteroskedasticity (Breusch–Pagan/Cook–Weisberg)				
chi2	113.16***	5.93**	10.61***	119.49***
Prob > chi2	0.0000	0.0149	0.0011	0.0000
F stat	85.67***	159.5***	174.2***	83.05***

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: Estimativas de erro-padrão ‘robustos’ nos parêntesis. *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Os resultados da coluna (1) excluem as variáveis a nível-macro, concentrando apenas nas influências a nível-micro dos dados. O suporte dos Governos demonstrou um impacto positivo e direto no crescimento das vendas, mitigando os efeitos negativos da pandemia. Contudo, medidas como acesso ao crédito e subsídios salariais demonstram um efeito negativo e significativo a 1%. O acesso a novas formas de crédito impactou negativamente, embora não-significativo no crescimento. A expansão das atividades digitais ou online, embora necessários para a sobrevivência das firmas,

impactaram negativamente no crescimento das vendas (significativo a 1%). Destaque para os efeitos da mão de obra no crescimento das firmas, que apresentaram impactos positivos (não significativo para o trabalho remoto e significativo a 1% para o aumento da mão de obra permanente).

A coluna (2) passa a incluir as variáveis a nível-macro, internalizando os potenciais efeitos da estrutura macroeconômica nas firmas. Como um resultado esperado, o controle da corrupção demonstrou um efeito positivo no crescimento subsequente das firmas ao longo da pandemia. Ou seja, países com maior controle da corrupção demonstraram uma apresentar uma estrutura econômica com menores graus de incerteza, estes já potencializados com os impactos da pandemia (parâmetro significativo a 1%).

Com relação ao índice de liberdade dos negócios, este demonstrou um impacto negativo e significativo no crescimento das vendas das firmas. Esta relação pode estar associada ao efeito-democracia ao longo da pandemia que foi responsável pelas medidas mais 'drásticas' envolvendo contenções inesperadas de isolamento social. Este efeito fica evidentemente visível quando se inclui ao modelo o controle da corrupção que também tende a ser maior nestas economias. A exclusão do controle à corrupção ao modelo tende a gerar um viés expressivo de sinal, distorcendo as evidências empíricas do isolamento social ao longo das economias.

A constante representa o termo constante no modelo, e o R^2 indica a proporção da variabilidade no crescimento das vendas explicada pelas variáveis independentes. O baixo ajustamento do modelo, indicado pelos valores relativamente baixos de R^2 e R^2 ajustado, sugere que as variáveis incluídas explicam uma parte limitada da variação no crescimento das vendas das empresas durante a pandemia. Isso significa que outros fatores não considerados no modelo podem ter influenciado significativamente os resultados.

Entretanto, é crucial destacar que mesmo com um ajustamento modesto, as relações identificadas no modelo ainda oferecem respostas importantes sobre o impacto das variáveis consideradas. Cada coeficiente estimado fornece informações sobre como uma determinada variável está associada ao crescimento das vendas das empresas e a interpretação cuidadosa dessas relações permite uma compreensão mais completa do estudo e dos fatores que influenciaram o desempenho das empresas durante a pandemia. Assim, embora o modelo possa não capturar todos os nuances da complexidade do ambiente econômico, as relações identificadas ainda são úteis para informar estratégias

e políticas. Este reconhecimento da limitação do modelo não invalida as conclusões, mas destaca a necessidade de considerar outros fatores e contextos para uma compreensão mais abrangente

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a análise dos resultados proporciona elementos importantes sobre o estudo, considerando variáveis micro e macroeconômicas. Apesar do crescimento médio negativo das empresas, a amplitude das variações destaca a complexidade das respostas empresariais durante esse período desafiador, refletindo a diversidade de desafios enfrentados.

A tabela de correlações evidencia a importância de fatores macroeconômicos, como o controle da corrupção e a liberdade nos negócios nas vendas das empresas durante a pandemia. Essas associações positivas ressaltam a relevância desses fatores no crescimento empresarial, sugerindo que ambientes com menor corrupção e maior liberdade empresarial estão associados a desempenhos melhores.

A análise do modelo econométrico a nível micro destaca o papel crucial do suporte governamental no crescimento das vendas, apontando a efetividade das medidas governamentais para mitigar os impactos adversos da pandemia. No entanto, a complexidade das dinâmicas é evidenciada pelos efeitos negativos significativos relacionados ao acesso a crédito e subsídios salariais.

A inclusão das variáveis a nível macro revela a influência positiva do controle da corrupção no crescimento das empresas, indicando que ambientes com menor corrupção proporcionam estruturas econômicas mais previsíveis e estáveis. Surpreendentemente, o índice de liberdade empresarial apresenta um impacto negativo nas vendas, possivelmente relacionado a medidas restritivas durante o isolamento social.

Esses resultados ressaltam a necessidade de políticas econômicas flexíveis e integradas, adaptadas à diversidade de contextos empresariais. A complexidade das interações entre variáveis destaca a importância de estratégias empresariais ágeis, capazes de se adaptar a condições específicas. Em um cenário pós-pandêmico, compreender essas dinâmicas será essencial para a formulação de políticas e práticas empresariais resilientes, promovendo um crescimento sustentável diante de desafios imprevisíveis.

Para pesquisas futuras, seria relevante explorar ainda mais as nuances das relações identificadas, investigando a fundo os mecanismos subjacentes e considerando a influência de variáveis adicionais. Além disso, uma análise mais aprofundada dos padrões espaciais, poderia enriquecer a compreensão das disparidades regionais.

BIBLIOGRAFIA

ASSUNÇÃO, Matheus Carneiro. Incentivos fiscais em tempos de crise: impactos econômicos e reflexos financeiros. **Revista da PGFN**, v. 1, n. 1, p. 99-121, 2011.

BORGES, Marcia Leite; PATELLA, Ana Paula Dupuy; DOS SANTOS, Caricia Hercilia Alves Oliveira. A corrupção na saúde durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. **Campos Neutrais-Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 4, n. 1, p. 73-86, 2022.

BRAGA, Zaira Carvalho Cornélio; DE OLIVEIRA, Gilson Batista de Oliveira. A ESTREITA RELAÇÃO ENTRE O MODELO PATRIMONIALISTA E A CORRUPÇÃO NO ESTADO BRASILEIRO. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, v. 9, n. 11, 2020.

BREUSCH, Trevor S.; PAGAN, Adrian R. A simple test for heteroscedasticity and random coefficient variation. **Econometrica: Journal of the econometric society**, p. 1287-1294, 1979.

BROWN, Lesley et al. Life in lockdown: a telephone survey to investigate the impact of COVID-19 lockdown measures on the lives of older people (≥ 75 years). **Age and ageing**, v. 50, n. 2, p. 341-346, 2021.

BUCHETTI, Bruno; PARBONETTI, Antonio; PUGLIESE, Amedeo. Covid-19, corporate survival and public policy: The role of accounting information and regulation in the wake of a systemic crisis. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 41, n. 1, p. 106919, 2022.

CAMPELO, Graham Stephan Bentzen. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. **Ciência & Trópico**, Recife. v. 34, n. 2, p.297-324,2010. Disponível em: <<https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/871>>.

CARVALHO, Talita. O que é crise econômica?. Politize, 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/crise-economica-o-que-e/>.

COOK, R. Dennis; WEISBERG, Sanford. Diagnostics for heteroscedasticity in regression. **Biometrika**, v. 70, n. 1, p. 1-10, 1983.

CRUZ, Bruna Angélica Barbosa. Lei de Acesso à Informação como mecanismo de controle social sobre políticas públicas e combate à corrupção. **Cadernos técnicos da CGU**, v. 2, 2022.

DE BRITO, Halisson Silva; DA COSTA, Ana Carla Oliveira. CORRUPÇÃO EM TEMPOS DA COVID-19: o papel do Controle Externo nos desafios provocados pelo atual cenário pandêmico. **Revista Técnica dos Tribunais de Contas**, 2021.

DE MELO, GÉISON CAYLO VARELA et al. Crise Atual na Saúde Pública do Brasil: Um Reflexo Histórico e Financeiro.

- DE VITO, Antonio; GÓMEZ, Juan-Pedro. Estimating the COVID-19 cash crunch: Global evidence and policy. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 39, n. 2, p. 106741, 2020.
- DELFORGE, Thaisa Collet dos Santos. A governança pública no combate à corrupção. **Brasília: ENAP**, 2012.
- DZHUMASHEV, Ratbek. The two-way relationship between government spending and corruption and its effects on economic growth. **Contemporary Economic Policy**, v. 32, n. 2, p. 403-419, 2014.
- FORNAZIERI, Aldo. Maquiavel e o Bom Governo. São Paulo, 2006. Disponível em: file:///C:/Users/marcos/Downloads/TESE_ALDO_FORNAZIERI%20(4).pdf. Acessado em 04/12/2017.
- GAYGISIZ, Esma; LAJUNEN, Timo. Cultural values, national personality characteristics, and intelligence as correlates of corruption: A nation level analysis. **Heliyon**, v. 8, n. 5, 2022.
- GIL, Antônio Carlos et al. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antônio Carlos et al. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GUJARATI, Damodar N. **Basic econometrics**. Prentice Hall, 2022
- HOANG, Khanh; ARIF, Muhammad; NGUYEN, Cuong. Corporate investment and government policy during the COVID-19 crisis. *International Review of Economics & Finance*, v (80), 677-696 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.iref.2022.03.005>>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desocupação, ~ Renda, Afastamentos, Trabalho Remoto e Outros Efeitos Da Pandemia No Trabalho. Disponível on- line: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>.
- KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; MASTRUZZI, Massimo. The worldwide governance indicators: Methodology and analytical issues1. **Hague journal on the rule of law**, v. 3, n. 2, p. 220-246, 2011.
- KIM, A. B.; TYRRELL, P.; ROBERTS, K. D. **2023 INDEX OF ECONOMIC FREEDOM**. Washington, DC: The Heritage Foundation, 2023.
- LEAL, Rogério Gesta. **Patologias corruptivas nas relações entre Estado, administração pública e sociedade: causas, consequências e tratamento**. Edunisc, 2013
- LOPES JUNIOR, Elias Pereira et al. Influência da corrupção nos gastos das empresas estatais. **Revista de Administração Pública**, v. 52, p. 695-711, 2018.

Mendes, A. (2017). A saúde no capitalismo financeirizado em crise: o financiamento do SUS e disputa. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz: Rio de Janeiro.

NAN, Su. Study on the relation of grassroots corruption and government expenditure. **Procedia Computer Science**, v. 199, p. 1031-1035, 2022.

NORDEN, Lars; MESQUITA, Daniel; WANG, Weichao. COVID-19, policy interventions and credit: The Brazilian experience. **Journal of Financial Intermediation**, v. 48, p. 100933, 2021.

<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>

OLIVEIRA JUNIOR, Fernando Antonio de Alencar Alves de. A relação entre corrupção e concorrência: quando cartéis de licitação e agentes públicos desonestos se encontram. In: SALGADO, Daniel de Resende; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de; ARAS, Vladimir (coord.). Corrupção: aspectos sociológicos, criminológicos e jurídicos. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. O círculo vicioso da corrupção no Brasil: limites estruturais e perspectivas de rompimento. 2018.

QIA, Zhang; YANTING, Jin. Historical or Contemporary Causes of Corruption: International Evidence. **Finance Research Letters**, p. 104044, 2023.

Rajeev K. Goel, Michael A. Nelson, Viraat Y. Goel, COVID-19 vaccine rollout—scale and speed carry different implications for corruption, *Journal of Policy Modeling*, Volume 43, Issue 3, 2021, Pages 503-520, ISSN 0161-8938, <https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2021.04.003>.
(<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0161893821000478>).

RODRIGUES, R. dos S. A.; CLEMENTE, A. Efeitos da corrupção nas bolsas de valores na Crise Financeira de 2008. **Revista de Contabilidade e Organizações**, [S. l.], v. 13, p. 51-63, 2019. DOI: 10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.158490. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/158490>. Acesso em: 5 dez. 2023.

SAFÓN, Vicente; IBORRA, María; ESCRIBÁ-ESTEVE, Alejandro. Outcomes of firm resilience in wild card crises—Country, industry, and firm effects in the Covid-19 crisis. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, p. 104177, 2023.

SICSÚ, João Organizador et al. Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento. 2009.

SONG, Chang-Qing; CHANG, Chun-Ping; GONG, Qiang. Economic growth, corruption, and financial development: Global evidence. **Economic Modelling**, v. 94, p. 822-830, 2021.

TAZERJI, Sina Salajegheh et al. Global data analysis and risk factors associated with morbidity and mortality of COVID-19. **Gene reports**, v. 26, p. 101505, 2022.

SAHA, Shrabani; SEN, Kunal. Do economic and political crises lead to corruption? The role of institutions. **Economic Modelling**, v. 124, p. 106307, 2023.

Simon Johnson, James A. Robinson, Chapter 6 Institutions as a Fundamental Cause of Long-Run Growth, Editor(s): Philippe Aghion, Steven N. Durlauf, Handbook of Economic Growth, Elsevier, Volume 1, Part A, 2005, Pages 385-472, ISSN 1574-0684, ISBN 9780444520418, [https://doi.org/10.1016/S1574-0684\(05\)01006-3](https://doi.org/10.1016/S1574-0684(05)01006-3).

SVENSSON, Jakob. Eight questions about corruption. **Journal of economic perspectives**, v. 19, n. 3, p. 19-42, 2005.

SOUZA, Vanessa Gonçalves Ribeiro. A evolução da administração pública brasileira: reforma gerencial, a nova gestão pública. Anápolis, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/26866/1/2019_VanessaGoncalvesRibeiroSouza_tc.c.pdf>

SARAIVA, Flávia Carvalho Mendes. O patrimonialismo e seus reflexos na administração pública brasileira. Revista Controle-Doutrina e Artigos, v. 17, n. 2, p. 334-363, 2019. Disponível em: <<https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/530>>. Acesso em: 27/07/2021.

SCHMIDT, Flávia de Holanda; MELLO, Janine; CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa. Estratégias de coordenação governamental na crise da Covid-19. 2020.

THOMSON, Tina et al. Immune responses following 3rd and 4th doses of heterologous and homologous COVID-19 vaccines in kidney transplant recipients. **EClinicalMedicine**, v. 53, 2022.

WANG, Qiang et al. Linking Trade Openness to Load Capacity Factor: The Threshold Effects of Natural Resource Rent and Corruption Control. **Gondwana Research**, 2023.

WEBER, Guilherme Oliveira. PÚBLICA, ADMINISTRAÇÃO. FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FACULDADE DE DIREITO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITO. Disponível em : <https://fmp.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/GUILHERME-OLIVEIRA-WEBER.pdf>

WHITE, J. A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. **Econometrica**, v. 48, p. 817–838, 1980.

WHO. World Health Organization (WHO) Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard, 29 jun 2020. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>.

WORLD BANK. **Covid-19 Enterprise Survey follow-up**. [S.l.]. 2020.

Zhang Qia, Jin Yanting, Historical or contemporary causes of corruption: International evidence, Finance Research Letters, Volume 56, 2023, 104044, ISSN 1544-6123, <https://doi.org/10.1016/j.frl.2023.104044>. (<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1544612323004166>).

APÊNDICE A - RELATÓRIO TÉCNICO

A CORRUPÇÃO E SEU IMPACTO NA ECONOMIA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

Relatório técnico apresentado pela mestranda Camila de Souza Filgueira Dantas ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob a orientação do professor Prof. Dr. Leonardo Andrade Rocha, como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

MOSSORÓ

2023

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar uma síntese dos resultados provenientes da dissertação “A Corrupção e seu impacto na economia durante à pandemia do covid-19”. O estudo buscou discutir, sob um panorama mundial, a relação entre corrupção e desenvolvimento, explorando diversas perspectivas e análises de diferentes estudiosos, enfatizando o impacto da corrupção na economia e evidenciando as consequências negativas para o crescimento econômico e o investimento estrangeiro. Buscou oferecer uma visão abrangente da corrupção, destacando suas causas multifacetadas, impactos na economia e na sociedade, utilizando a pandemia de COVID-19 como um estudo de caso significativo, fornecendo uma análise abrangente do impacto da pandemia nas empresas, ajudando a entender como elas foram afetadas em termos de crescimento das vendas e outras variáveis. Para isso, analisamos empiricamente os efeitos da pandemia na performance das firmas e das características a nível-macro e microeconômico dos países como uma resposta imediata na mitigação destes efeitos, tendo como objetivo principal mensurar os efeitos diretos da pandemia na performance das empresas, internalizando características a nível-macro, como a corrupção, em momentos de crise.

Para que a meta proposta, foi elaborado um modelo econométrico, e os dados, de natureza secundária, foram obtidos do *Enterprise Surveys (ES)* e do *The Worldwide Governance Indicators (WGI)*.

Os resultados oriundos da pesquisa contribuem para observarmos de maneira aprofundada o impacto da pandemia nas empresas, considerando variáveis micro e macroeconômicas. Ao considerar tantas variáveis, o trabalho oferece uma visão holística, destacando a interconexão entre fatores específicos das empresas e elementos mais amplos do ambiente econômico.

Público-Alvo da Iniciativa - Beneficiários das melhorias

A pesquisa em questão oferece uma contribuição significativa para o entendimento do impacto econômico da pandemia e das respostas adotadas por diferentes setores e países, sendo valiosa para diversos interessados em níveis acadêmicos, práticos e de políticas.

1. **Acadêmicos e Pesquisadores:** A pesquisa fornece uma metodologia detalhada e uma ampla gama de variáveis para análise, sendo útil para outros estudos relacionados à economia, governança e liberdade econômica durante crises, servindo de base para estudos futuros.
2. **Governo- Líderes políticos:** Obteriam informações sobre a eficácia das medidas de suporte do governo durante a pandemia e poderiam usar essa compreensão para ajustar políticas econômicas e de saúde pública em futuras crises. Políticos, formuladores de políticas públicas e outros envolvidos na governança podem encontrar informações sobre como diferentes medidas governamentais, como suporte, acesso a crédito e isenções fiscais, influenciaram o crescimento das empresas durante a pandemia.

A pesquisa destaca, também, a importância do controle da corrupção e da liberdade empresarial, oferecendo informações importantes sobre áreas que podem ser fortalecidas para promover resiliência econômica em situações de crise.

3. **Empresários:** Empresários podem obter informações úteis sobre as estratégias adotadas por outras empresas em resposta à pandemia. A análise das variáveis micro e macroeconômicas, juntamente com os resultados do modelo econométrico, pode ajudar os líderes empresariais a tomar decisões informadas em ambientes desafiadores.
4. **Formulação de Políticas Públicas:** Os resultados da pesquisa, especialmente relacionados ao suporte governamental, controle da corrupção e liberdade empresarial, podem ser valiosos para a formulação de políticas públicas. Governos podem usar essas informações para orientar estratégias que promovam o crescimento e a resiliência das empresas em situações de crise.

Descrição da situação-problema - Apresentação da contextualização concreto-particular e da situação problema

Eventos de crise econômica expõem a eficácia das políticas públicas na contenção dos fenômenos de crise (SINGHT et al, 2021). O âmbito da saúde é particularmente mais vulnerável, em decorrência das necessidades imediatas em suprimentos, o que acaba acarretando à simplificação de regras. (NARULA, 2020). Um exemplo é a recente pandemia do COVID 19, que resultou em uma crise global, pois além da repercussão de origem biomédica e epidemiológica, também repercutiu social e economicamente.

Frente ao desafio do equilíbrio entre salvar vidas e proteger a economia, os governos procuram canalizar suas forças para solucionar as adversidades econômicas. Tivemos de um lado, a grande necessidade de investimento, tanto na saúde básica como na ampliação de leitos em Unidades de Terapia Intensiva, e por outro lado, a flexibilização das regras de licitação que ampliaram a possibilidade de desvios de recursos governamentais. A urgência que, em decorrência do cenário, as ações pediam e necessitavam ser empregadas levou a flexibilização de regras e controles, o que, infelizmente, despertou o agravamento de uma situação muito delicada, a corrupção (BRITO;2021).

A vista disso o presente trabalho buscou uma compreensão aprofundada do impacto da pandemia nas empresas, considerando variáveis micro e macroeconômicas, tendo a corrupção como variável principal. Foi explorado o impacto tangível da pandemia na performance empresarial. Analisando como as empresas foram afetadas em termos de crescimento, receitas e estabilidade financeira. Além disso, buscou-se responder como as características macroeconômicas dos países influenciaram a capacidade dessas empresas de mitigarem os efeitos negativos durante a crise. O ambiente regulatório, a estabilidade política, o acesso a recursos financeiros e a liberdade econômica emergiram como fatores cruciais.

Foi possível observar que países com maiores índices de corrupção enfrentaram desafios adicionais na formulação e implementação eficaz de políticas de recuperação econômica. Ademais, a forma como corrupção impactou nas respostas governamentais, as políticas de apoio às empresas e a eficácia dessas medidas durante a pandemia também foi analisado.

Dessa forma, ao responder essas questões, a pesquisa buscou não apenas desvendar as complexas interconexões entre corrupção, pandemia e performance empresarial, mas também fornecer insights cruciais para orientar políticas públicas e estratégias empresariais em um cenário pós-pandêmico.

Objetivos

Diante disso, o objetivo do relatório técnico é explanar a contribuição da pesquisa para a literatura, pesquisa, economia, empresas, governantes e sociedade

Recomendações de Intervenção- Síntese das ações

Em um cenário pós-pandêmico, compreender essas dinâmicas e implementar estratégias flexíveis e adaptáveis será fundamental para a formulação de políticas e práticas empresariais capazes de promover um crescimento sustentável em face de desafios imprevisíveis. Seguem recomendações de intervenção propostas:

1. Políticas Econômicas Flexíveis:

- Implementar políticas econômicas flexíveis e integradas, considerando a diversidade de contextos enfrentados pelas empresas durante a pandemia.
- Adaptar as estratégias empresariais às condições específicas do ambiente, promovendo agilidade e resiliência.

2. Fortalecimento do Suporte Governamental:

- Reforçar o suporte governamental às empresas, considerando acesso a crédito e subsídios salariais, para mitigar impactos adversos e promover o crescimento.

3. Ênfase na Transparência e Controle da Corrupção:

- Priorizar políticas que promovam a transparência e o controle da corrupção, reconhecendo seu papel positivo no crescimento empresarial durante crises.

4. Reavaliação das Restrições Empresariais:

- Reavaliar medidas restritivas relacionadas ao índice de liberdade empresarial, visando encontrar um equilíbrio entre a proteção da saúde pública e o apoio ao crescimento econômico.

RESPONSÁVEIS

DISCENTE: CAMILA DE SOUZA FILGUEIRA DANTAS

ORIENTADOR: PROF.DR. LEONARDO ANDRADE ROCHA